FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP
CNPJ: 43.828.151/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em Reais)

NOTA 1 – CONSTITUIÇÃO, OBJETO SOCIAL E CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, foi instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Lei 5.918, em 18 de outubro de 1960, com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo a partir de 1º de janeiro de 2011, por força do Decreto 56.635/2011, tendo por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo. Os recursos da Entidade são:

I – destinação mínima de um por cento da receita tributária do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico (artigo 271, § único da Constituição do Estado de São Paulo de 1989).

II – Rendas de seu patrimônio, doações, legados, transferências intergovernamentais e direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio e demais receitas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1- Critérios de Elaboração

Elaboradas de acordo com as práticas emanadas da legislação do Direito Financeiro (Lei 4.320/64), da Lei Complementar nº 101/2000 e adequações às normas e procedimentos emanados na Portaria nº 751, de 16 de dezembro de 2009 e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBCT 16), com exceção da Demonstração do Resultado Econômico que será oportunamente elaborado no exercício de 2011.

2.2- Apresentação dos demonstrativos:

2.2.1- Balanço Orçamentário

Elaborado de acordo com o art. 102 da Lei 4.320/64 (anexo 12) e adequado às novas normas contábeis, evidenciando a origem e aplicação por fonte de recursos (1- Tesouro, 4 – Recursos Próprios e 5 – Recursos Vinculados do Governo Federal), previsão e dotação inicial e as atualizações no exercício, as despesas empenhadas e as liquidadas e, as despesas do exercício que foram pagas por conta da execução orçamentária. Não houve no período receitas e despesas intraorçamentárias, bem como a utilização do superávit financeiro. O Resultado Geral Orçamentário apresenta um Déficit da Execução Orçamentária na ordem de R$ 754.697.237,49, gerado pelo Repasse Obrigatório por Lei no mesmo montante, não considerado como Receita Orçamentária para não haver duplicação da receita conforme preceitua a Lei Complementar 101/2000. Isto se deve a dependência de recursos do Tesouro, não representando irregularidade. Caso fosse computado o Repasse Financeiro como receita, o Resultado da Execução Orçamentária seria nulo. As alterações orçamentárias ocorreram por:

- Remanejamento interno, na ordem de R$ 152.219.850,75, não influenciando a Dotação Inicial; e

- Abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Governo do Estado, por excesso de arrecadação, crédito coberto com recursos a que alude o inciso II, do art 43, da Lei Federal nº 4.320/64 na ordem de R$ 80.666.750,00 (oitenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e setecentos e cinqüenta reais), para aplicação em concessão de bolsas de estudo.

2.2.2.- Balanço Financeiro

Demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. Utilizamos o conceito de Receita Orçamentária Ordinária para as receitas próprias que possuem características de alocação livre entre a origem e aplicação de recursos e, dessa forma, atenderem a quaisquer finalidades; como vinculada, as Transferências do Governo Federal em forma de Convênios e, as Transferências Financeiras do Governo do Estado de São Paulo para atender às despesas realizadas na fonte de recursos do Tesouro. Nos recebimentos extraorçamentários estão evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, tais como, consignações em folha, cauções, inscrição de restos a pagar, com a função de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, porém não paga no exercício, em atendimento ao artigo 103 da Lei nº4.320/64. Nos pagamentos extraorçamentários estão demonstrados aqueles que não precisaram se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como, devolução de depósitos e cauções, recolhimentos de tributos e consignações e os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício e os valores das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro.

Os saldos em espécie estão representados pelos saldos das contas bancárias de movimento e as de aplicações financeiras.

O resultado financeiro do exercício de 2010 foi positivo, no valor de R$ 32.235.085,55. A dívida da FAPESP de curto prazo é de R$ 33.679.839,27. Para cobertura da referida dívida a Entidade possui recursos financeiros disponíveis e próprios no montante de R$ 901.269.573,11, portanto 26,76 vezes.

2.2.3.- Balanço Patrimonial

Evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da FAPESP por meio de contas representativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. No Patrimônio Líquido destacamos o resultado patrimonial do período e dos resultados acumulados de períodos anteriores. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Foram utilizados os seguintes critérios para o devido enquadramento em circulante e não circulante nos ativos:

a) Como circulantes bens e direitos disponíveis para realização imediata e os que,
b) Tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte.
c) Os demais ativos classificamos como não circulantes.

Em relação aos passivos:

a) Como circulantes os valores exigíveis até o final do exercício seguinte e,
b) Aqueles que corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a FAPESP foi a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.
c) Os demais passivos como não circulantes.

Dessa forma, podemos avaliar, decompor, comparar, interpretar e permitir conhecer melhor a situação patrimonial da Entidade.

Para atender ao que preceitua a Lei 4320/64 no artigo 105, conferindo viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, já que separa o Ativo e Passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que os compõem, elaboramos de forma sintética o Balanço Patrimonial com todos os subsistemas contábeis, contemplando os grupos de contas do Ativo e Passivo Financeiro, Ativo e Passivo Permanente e Saldo Patrimonial, o Subsistema de Compensação com seus atos potenciais e o Demonstrativo do Superávit Financeiro.

2.2.4.- Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apresentação do demonstrativo ressalta como medidor do quanto o serviço ofertado exigiu de alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Estão evidenciadas as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do exercício de 2010 foi apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas. Como as Variações Patrimoniais Qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o Patrimônio, apresentamos de forma separada. Imputamos como Variações Qualitativas as Despesas de Capital, como Investimentos.

2.2.5.- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Como mudança e com o objetivo de contribuir para a transparência da gestão da FAPESP e aos usuários da informação contábil, elaboramos o referido demonstrativo pelo método direto (caixa), com base nos dados fornecidos pela Gerência Financeira, destacando o fluxo líquido das atividades operacionais, representado pelas receitas originárias (fonte 4 – Recursos Próprios e fonte 5 – Recursos Vinculados do Governo Federal) e das Transferências Financeiras do Governo do Estado (Fonte 1 – Tesouro), para a correspondente cobertura dos desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que se qualificam como de investimento ou financiamento. Os desembolsos estão evidenciados por função, de acordo com a Portaria 42/99 (Federal), em especial as funcionais 12 – Educação e 19 – Ciência e Tecnologia.

A evidenciação dos Fluxos de Caixa nos permite ter uma visão geral da situação das finanças da Entidade, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento) e avaliar as decisões de investimento e a situação presente e futura do caixa.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Os equivalentes a Caixa são investimentos em aplicações de liquidez imediata (diária) e estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O saldo de caixa existente foi depositado em conta movimento.

b) Realizável a Curto Prazo

Adiantamentos Diversos
Valores entregues a funcionários para aquisição de bens e serviços.

Adiantamento de Férias
Valores pagos que serão baixados quando da contabilização da Folha de Pagamento.

Cauções Depositadas
Valores depositados em nome da Entidade decorrentes de caução/garantia de contratos de direitos e de obrigações para com terceiros.

Almoxarifado
Corresponde aos bens de consumo existentes no final do exercício conforme Inventário. A avaliação é feita pelo preço médio ponderado das compras, obedecendo ao artigo 106, inciso III, da Lei 4.320/64.

Prêmios de Seguros Antecipados
Valor dos seguros pagos mas não incorridos que beneficiarão o exercício seguinte.

Assinaturas de Revistas e Jornais
Valor das assinaturas de revistas e periódicos que contribuirão no exercício subsequente.

Outros Créditos a Recebe
Valor referente a aluguéis a receber no exercício seguinte.

c) Não Circulante

Depósitos Judiciais
Valor do depósito judicial referente ação de cobrança de IOF sobre aquisição de veículos e aplicações financeiras, retidos pelo Governo Federal durante o Plano Collor, cujo registro está pelo valor nominal.

Créditos a Receber
Valor a receber a longo prazo decorrente do Termo de Confissão de Dívida entre a FAPESP e ex-funcionário, objeto da Ação de Cobrança junto a 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo e outras recuperações de valores despendidos.

Investimentos
Estão demonstrados pelo custo de aquisição acrescidos da reavaliação realizada no exercício de 2008, e, como se trata de imóveis que geram receitas para a Entidade foi aplicada a depreciação no exercício de 2010.

Imobilizado
Estão demonstrados pelo custo de aquisição acrescidos da reavaliação realizada no exercício de 2010.

Intangível
Está demonstrado pelo custo de aquisição – nota 10

d) Depreciação e Amortização

A partir de 1º de janeiro de 2010 a FAPESP passou a adotar o critério de depreciar e amortizar seus ativos (investimentos, imobilizado e intangível). A fixação da taxa foi a usual com base na Tabela do Decreto Federal 3000/99 – RIR e o método utilizado foi o linear, conforme faculta o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Volume II, aprovado pela Portaria STN nº 467, de 06 de agosto de 2009.

e) Provisão de Férias e Encargos Sociais

Com a finalidade de atender o princípio do regime de competência de exercícios, foi efetuado o registro contábil do direito adquirido de fruição de férias dos funcionários da Entidade e os encargos incidentes.
Os valores relativos a férias devidas aos empregados (inclusive os cedidos) estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo, com base na Folha de Pagamento.

f) Despesas com Bolsas e Auxílios a Pesquisadores

As despesas com auxílios para pesquisa são reconhecidas quando do efetivo desembolso, coincidindo a solicitação do recurso pelo pesquisador e a respectiva liberação financeira. Já as Bolsas de estudo são reconhecidas pela competência, pois são elaboradas no mês e pagas no mês subsequente.

g) Reversão das Receitas Diferidas

O saldo das contas de Receitas Diferidas de Recursos Próprios e de Convênios acumuladas até 31 de dezembro de 2009 nos valores de R$ 211.841.482,30 e R$ 87.667.861,52 respectivamente, totalizando R$ 299.509.343,82 foram revertidas para o Patrimônio Líquido.

NOTA 4 – RECEITAS DIFERIDAS – CONVÊNIOS E RECURSOS PRÓPRIOS

Para atender ao artigo 15 do Decreto nº 56.385, de 09 de novembro de 2010, efetuamos o diferimento das Receitas em 31/12/2010 na seguinte ordem:

Convênios com o Governo Federal	***2010***	***2009***
FINEP/PAPPE	*11.107.213,22*	*14.019.420,87*
CNPq/PRONEX 2	*10.726.300,36*	*10.850.809,36*
CNPq/PP-SUS 06/07	*1.603.854,95*	*1.675.534,98*
FINEP Subvenção	*56.632.800,33*	*52.125.584,40*
CNPq/PP SUS 08/09	*5.547.282,57*	*6.140.678,69*
CNPq/PRONEX 2- IMPORT	*2.543.422,91*	*-.-*
Sub Total	***88.160.874,34***	***84.812.028,30***

Outros Convênios	***2010***	***2009***
SEC/CONDEPHAAT	*500.182,64*	*-.-*
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	*1.322.738,18*	*-.-*
Vale do Rio Doce	*4.340.866,92*	*-.-*
Microsoft	*1.816.901,28*	*1.686.608,41*
Fundação Vitae	*973.692,07*	*1.169.224,81*
Sub Total	***8.954.381,09***	***2.855.833,22***

TOTAL DE CONVÊNIOS

Governo Federal	*88.160.874,34*	*84.812.028,30*
Outros	*8.954.381,09*	*2.855.833,22*
TOTAL	***97.115.255,43***	***87.667.861,52***

Recursos Próprios	***2010***	***2009***
Receita Própria	*234.762.514,45*	*211.841.482,30*
TOTAL	***234.762.514,45***	***211.841.482,30***

Com a mudança de critério estabelecido pelo Estado, o valor do diferimento que era considerado como Passivo Financeiro passou, a partir de 2010, a ser reconhecido em conta de resultado e o saldo remanescente em 31/12/2009 foi revertido para o Patrimônio Social como ajuste de exercícios anteriores.

NOTA 5 – DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

No demonstrativo do superávit financeiro do exercício consta:

FINANCEIRO	***2010***	***2009***
Ativo Financeiro	*1.027.960.552,17*	*995.954.851,22*
(-) Passivo Financeiro	*29.575.723,63*	*329.448.873,68*
(=) Superávit Financeiro	***998.384.828,54***	***666.505.977,54***

Foi revertido para o Patrimônio Social da Fundação o montante de R$ 299.509.343,82, cujos valores constavam do Passivo Financeiro como Receitas Diferidas de Convênios e de Recursos Próprios de exercícios anteriores. Por conseguinte, foi restabelecido o Superávit Financeiro em Balanço, cujo excesso de recursos financeiros poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais conforme preceitua o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

NOTA 6 –BANCOS CONTA MOVIMENTO

BANCOS CONTA MOVIMENTO	***2010***	***2009***
Banco Santander S.A.	*10.169,87*	*9.921,96*
Banco do Brasil S.A.–SISCOMEX	*7.977,00*	*6.008,00*
Banco do Brasil S.A. - Importação	*200,00*	*4.200,00*
Banco do Brasil S.A.	*141.143,00*	*93.753,55*
Banco do Brasil S.A.	*200,00*	*200,00*
SUBTOTAL	***159.689,87***	***114.083,51***

NOTA 7 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDOS DE INVESTIMENTO	***2010***	***2009***
Banco Nossa Caixa S.A. – Fundo Convênio FUND. VITAE	*-.-*	*1.169.224,81*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio SEC/CONDEPHAAT	*500.182,64*	*-.-*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PAPPE-PIPE III	*11.107.213,22*	*14.019.420,87*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio FUND.Mª C.S.VIDIGAL	*1.322.738,18*	*-.-*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PRONEX II	*10.726.300,36*	*10.850.809,36*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio FAPESP/VALE	*4.340.866,92*	*-.-*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PP SUS 06/07	*1.603.854,95*	*1.675.534,98*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PP SUS 08/09	*5.547.282,57*	*6.140.678,69*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio FINEP Subvenção	*56.632.800,33*	*52.125.584,40*
Bando do Brasil S.A. – Fundo Convênio MICROSOFT	*1.816.901,28*	*1.686.608,41*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio FUND. VITAE	*973.692,07*	*-.-*
Banco do Brasil S.A. – Fundo Próprio	*744.812.825,34*	*156.109.986,57*
Banco Nossa Caixa S.A. – Fundo Exclusivo RF	*-.-*	*532.387.905,26*
Banco Santander S.A. – Fundo Corporate	*-.-*	*1.407.486,44*
Bando do Brasil S.A. – Fundo PRONEX II IMPORTAÇÃO	*2.543.422,91*	*5.660.927,72*
SUBTOTAL	***841.928.080,77***	***783.234.167,51***

OUTRAS APLICAÇÕES	***2010***	***2009***
Banco Santander S.A. – CDB's DI	*185.697.666,18*	*212.202.100,25*
SUBTOTAL	***185.697.666,18***	***212.202.100,25***
TOTAL	***1.027.625.746,95***	***995.550.351,27***

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficial SP, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(EM BRANCO), OU=(EM BRANCO), OU=ID - 772641, CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br